



6 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 29 de março de 2023

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Na terça-feira	Dólar	Últimos	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
1,52% São Paulo	0,12% Nova York	100.220	22/março	5,237	R\$ 1.302	Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
		101.185	23/março	5,290					Outubro/2022 0,59
		23/3 24/3 27/3 28/3	24/março	5,251		R\$ 5,604	13,65%	13,65%	Novembro/2022 0,41
			27/março	5,206					Dezembro/2022 0,62
									Janeiro/2023 0,53
									Fevereiro/2023 0,84

CONJUNTURA

BC reitera, em ata, linha dura monetária

Em documento, comitê ressalta a necessidade de um arcabouço “sólido e crível” para reduzir as expectativas de inflação

» ROSANA HESSEL

Em ata divulgada ontem, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, reforçou os alertas do comunicado da última reunião do colegiado, ocorrida na semana passada, quando os diretores do BC decidiram manter, por unanimidade, a taxa básica da economia (Selic) em 13,75% ao ano. O documento detalhou os motivos da decisão, pois as previsões de inflação continuam piorando, ou seja, as expectativas estão desancoradas, no jargão do Comitê, que não deu data de quando pretende reduzir os juros.

Ao longo de sete páginas, o Copom manteve a porta aberta para uma eventual alta da Selic e deu uma série de alertas ao governo — que ainda mantém pressões para que o BC inicie a redução dos juros sob a justificativa de que a economia está desacelerando.

Entre os recados, destacamos a observação da necessidade de harmonia entre a política monetária e a fiscal; e as incertezas em torno do novo arcabouço, que precisará ser “sólido e crível” para começar a ancorar as expectativas de inflação após sua aprovação pelo Congresso.

O documento divulgado pelo Banco Central demonstrou, ainda, preocupação com medidas parafiscais que devem ser adotadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por bancos públicos, que podem aumentar as pressões de inflação no balanço de riscos do BC. Subsídios para um juro neutro de 4%, como reforça o Banco Central, exigem um custo

alto de aportes nesses bancos que não está previsto no Orçamento.

O BC também lembrou que a dinâmica inflacionária é movida por excessos de demanda, “inicialmente em bens e que atualmente se deslocou para o setor de serviços, e que, portanto, requer moderação da atividade econômica para que os canais de política monetária atuem”. Tal processo exige, segundo a autarquia, “serenidade e paciência” na condução da política monetária para garantir a convergência da inflação para a meta.

Nesse sentido, o Copom destacou a piora das projeções do BC e do mercado, acima dos centros das metas de inflação para os anos de 2023 e de 2024, de 3,25% e de 3%, com tetos de 4,75% e de 4,5%, respectivamente. No último boletim Focus, as expectativas de inflação apuradas pela autoridade monetária subiram para 6%, neste ano, e 4,1%, no próximo ano.

Não à toa, a frase que mais incomodou o governo na semana passada foi mantida. O BC reiterou que “não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado”.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, evitou criticar a ata do Copom. Limitou-se a dizer que, assim como na anterior, os termos foram “mais condizentes com as perspectivas de harmonização entre as políticas fiscal e monetária”. Em seguida, ao ser questionado no recado ao governo para ter paz e serenidade porque a inflação é de demanda, Haddad, afirmou que a autoridade monetária “também tem que nos ajudar”.

Diogo Zacarias



Haddad discursa para prefeitos: ministro evitou criticar a ata do Copom, mas disse que autoridade monetária “também tem que nos ajudar”

O comitê destaca que a materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno”

Trecho da ata do Copom

Reunião “conclusiva” sobre arcabouço

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e sua equipe trabalham com a expectativa de que o novo arcabouço fiscal, que substituirá a regra do teto de gastos, será anunciado ainda nesta semana. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) havia adiado o anúncio para abril, após a visita oficial à China. Mas como a viagem foi adiada, a expectativa é de que o chefe do governo bata o martelo em uma reunião nesta quarta-feira.

Haddad informou, ontem, que prevê uma reunião “conclusiva” sobre o novo arcabouço fiscal, entre o presidente Lula e os ministros que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO). “Ele vai me informar hoje à noite o horário da reunião. Mas é uma reunião conclusiva [sobre

arcabouço fiscal”, disse Haddad, a jornalistas, ao retornar de uma reunião no Palácio da Alvorada com o chefe do Executivo, após o horário do almoço. Na ocasião, ele adiantou um pacote de medidas de crédito que será anunciado em abril, com revisão nas regras do rotativo do consignado e mudança no limite do comprometimento da renda das famílias.

Mais tarde, em um evento com prefeitos, Haddad reforçou estar confiante de que o arcabouço fiscal será anunciado em breve. “Não tenho a menor dúvida de que a reforma tributária é um dos caminhos necessários para isso (crescimento econômico). Não é único. Precisamos de reforma no sistema de crédito, arcabouço fiscal, que vai ser apresentado nesta semana para

o público e para o Congresso”, disse durante a XXIV Marcha dos Prefeitos.

A equipe econômica ainda trabalha com 15 de abril como data limite para o envio do texto ao Congresso Nacional, a mesma prevista para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024.

O ministro contou que o arcabouço fiscal foi um dos temas da reunião de ontem com o presidente. Mas, como o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, se ausentou do encontro por motivo de gripe, a decisão ficou para hoje, entre o presidente e a JEO. Além dos titulares da Fazenda e da Casa Civil, a Junta é integrada pelas ministras do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e pela ministra da Gestão e da

Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

O segundo tema da reunião com Lula foi o empréstimo consignado a aposentados. (**Leia mais abaixo**). Haddad voltou a falar em mudanças gerais nas regras dos empréstimos consignados, principalmente o rotativo. Ele adiantou também que deverá haver uma revisão no limite de comprometimento da renda das famílias nos empréstimos, que foi ampliado de 30% para 45%, em julho do ano passado para aposentados do INSS, e em dezembro para os servidores.

“O presidente foi informado de que a Fazenda e a Casa Civil já estão trabalhando na questão do rotativo do consignado para apresentar [a nova regra] no mês de abril”, afirmou. (RH)

Dilma estreia como presidente do banco do Brics

Divulgação/NDB



A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) teve ontem o primeiro dia de trabalho como presidente do New Development Bank (NDB), conhecido como o banco do Brics. Dilma foi recebida na sede da instituição, em Xangai, China, onde conheceu as instalações e reuniu-se com outros executivos e diretores. O Brics é o bloco econômico formado por Brasil,

Rússia, Índia, China e África do Sul, e seu banco é responsável pelo investimento em infraestrutura e desenvolvimento sustentável tanto para os países-membro quanto para outras nações. Dilma foi indicada ao cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A cerimônia de posse da petista está prevista para hoje, em Xangai. (**Victor Correia**)

Consignado: teto será de 1,97%

» HENRIQUE LESSA

O Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou ontem o novo índice de 1,97% para o teto no crédito consignado destinado a segurados, aposentados e pensionistas do INSS. A decisão é um recuo em relação à taxa estabelecida na reunião anterior do Conselho, que reduziu o teto de 2,14%, para 1,70%, e motivou a suspensão da linha de crédito até mesmo nas instituições públicas, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

A definição do índice de 1,97% passou pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que antecipou ontem o **Correio**. Ante o impasse entre o ministro da Previdência, Carlos Lupi, com o grupo de trabalho coordenado pelo secretário-executivo da

Fazenda, Gabriel Galípulo e pela secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, a solução encontrada foi levar a decisão para o presidente da República.

A conversa com Lula ocorreu ontem no Palácio da Alvorada, pouco antes da reunião do Conselho da Previdência que decidiria o tema. No encontro, além do presidente, estavam os ministros Lupi, Fernando Haddad (Fazenda), Luiz Marinho (Trabalho), Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais), e a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior.

Sem acordo entre a Fazenda e a Previdência, Lula bateu o martelo na taxa em 1,97%, um patamar que ficou entre o que desejava os bancos, que pleiteavam um teto de 2,01%, e a taxa de 1,90%, defendida até o último momento por Lupi.

Ao apresentar a proposta ao Conselho, Lupi manteve as ressalvas aos juros praticados na linha de crédito. “Eu tenho que passar a posição do governo, não estou dizendo que é a minha posição, é a posição do governo”, disse o ministro da Previdência. A expectativa é que a decisão encerre a crise gerada no governo após a suspensão do crédito pelos bancos.

A taxa foi aprovada pelo CNPS, por 11 votos a um, com três abstenções — dentre as quais, a da Febraban.

Lupi disse que errou ao reduzir o teto dos juros de 2,14% ao mês para 1,70%. “Queria pedir desculpas a todos os representantes do conselho. Acho que cheguei muito acelerado, e a reação foi muito correspondente à minha aceleração”, disse.